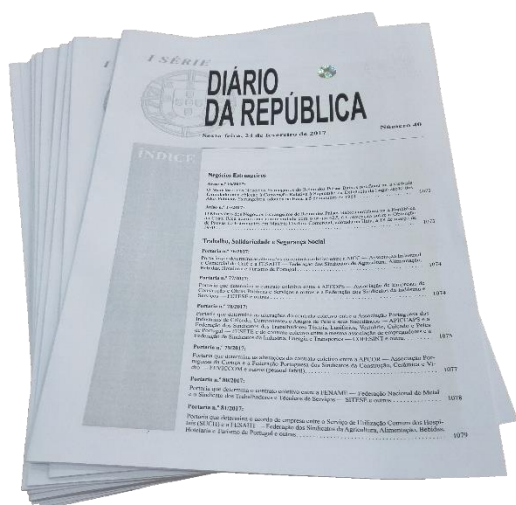


Digesto

NEWSLETTER N.º 26/2020

Período abrangido: 14 a 23 de dezembro de 2020



COVID-19

[Portaria n.º 286-A/2020, de 14 de dezembro](#)

MAR

Altera (terceira alteração) os regulamentos dos regimes de apoio à cessação temporária da atividade de pesca dos armadores e pescadores de embarcações polivalentes, de arrasto costeiro e do cerco, aprovadas pelas [Portarias n.ºs 112/2020, 113/2020 e 114/2020](#), de 9 de maio.

[Decreto-Lei n.º 103/2020, de 15 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14 de maio, que estabelece um sistema de incentivos à segurança nas micro, pequenas e médias empresas, no contexto da doença COVID-19.

[Despacho n.º 12202-A/2020, de 15 de dezembro](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Determina a prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.

[Despacho n.º 12202-B/2020, de 15 de dezembro](#)

Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais.

[Decreto-Lei n.º 103-A/2020, de 15 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, introduzindo um regime complementar de diferimento de obrigações fiscais relativas ao primeiro semestre de 2021 no atinente ao pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

[Portaria n.º 288/2020, de 16 de dezembro](#)

SAÚDE

Estabelece um regime excepcional de incentivos à realização de atividade assistencial não realizada ou adiada por força da situação epidemiológica provocada pela COVID-19.

[Despacho n.º 12204/2020, de 16 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Determina que os membros do Governo indicados para a Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência, coordenada pelo Ministro da Administração Interna e que integra os representantes das forças e serviços de segurança e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), bem como os secretários de Estado que coordenam a execução, ao nível do Governo, do estado de emergência nas diferentes regiões do território continental, se mantenham incumbidos de assegurar as referidas funções pelo período correspondente à duração do estado de emergência, originalmente declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 6 de novembro, e das suas renovações.

[Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020, de 17 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2020, de 17 de dezembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza a renovação do estado de emergência.

[Portaria n.º 294-A/2020, de 18 de dezembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Estabelece uma suspensão temporária e limitada da aplicação das normas previstas nos n.ºs 3 a 6 do artigo 7.º da [Portaria n.º 128/2009](#), de 30 de janeiro, que regulamenta as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+», através das quais, respetivamente, os desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e de rendimento social de inserção desenvolvem trabalho socialmente necessário.

[Portaria n.º 294-B/2020, de 18 de dezembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 170-A/2020, de 13 de julho, que regulamenta os procedimentos, condições extraordinário à normalização da atividade empresarial, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27-B/2020, de 19 de junho, a conceder pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.).e termos de acesso do incentivo

[Despacho n.º 12344/2020, de 20 de dezembro](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Administração Interna, Saúde e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, da Ministra da Saúde e do Ministro das Infraestruturas e da Habitação

Adota medidas de reforço do controlo da circulação de passageiros provenientes do Reino Unido a fim de evitar a propagação da nova variante do vírus SARS-CoV-2.

[Despacho n.º 12399/2020, de 21 de dezembro](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Determina que, no âmbito da pandemia provocada pela doença COVID-19, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., disponibilize ao Município de Setúbal os espaços adequados ao atendimento médico à população, no Centro de Emprego e Formação Profissional de Setúbal.

[Decreto n.º 11-A/2020, de 21 de dezembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto-Lei n.º 105/2020, de 23 d dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Institui o Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento (SISPACSE) e estabelece as regras sobre a sua organização e funcionamento e cria ainda a figura do conciliador do SISPACSE e regula as regras de acesso e de exercício da atividade de conciliação.

[Portaria n.º 297/2020, de 23 de dezembro](#)

SAÚDE

Procede à manutenção, no ano de 2021, dos países de referência estabelecidos para o ano de 2020, para efeitos de autorização dos preços dos novos medicamentos, bem como para a revisão anual de preços dos medicamentos do mercado hospitalar e do mercado de ambulatório.

[Despacho n.º 12524/2020, de 23 de dezembro](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Estende a algumas situações a aplicação do Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto, que define medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 292/2020, de 18 de dezembro](#)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Altera (segunda alteração) a [Portaria n.º 273/2013](#), de 20 de agosto, alterada pela [Portaria n.º 106/2015](#), de 13 de abril, que regula as condições específicas da prestação dos serviços de segurança privada.

[Portaria n.º 293/2020, de 18 de dezembro](#)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA E CULTURA

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 102/2014](#), de 15 de maio, que estabelece o sistema de segurança obrigatório aplicável aos espetáculos e divertimentos em recintos autorizados.

[Portaria n.º 294/2020, de 18 de dezembro](#)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA E EDUCAÇÃO

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 261/2013](#), de 14 de agosto, que estabelece os termos e as condições de utilização de assistentes de recinto desportivo em espetáculos desportivos realizados em recintos desportivos em que seja obrigatório dispor de sistema de segurança, nos termos do respetivo regime legal.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 291/2020, de 17 de dezembro](#)

AGRICULTURA

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 311/2018](#), de 4 de dezembro, que estabelece as regras complementares para o apoio comunitário à promoção de vinhos em mercados de países terceiros, no âmbito do programa nacional de apoio ao setor vitivinícola, para o período de 2019-2023.

[Portaria n.º 298/2020, de 23 de dezembro](#)

AGRICULTURA

Estabelece as regras do prolongamento dos compromissos agroambientais no ano de 2021 na ação n.º 7.2, «Produção integrada», na ação n.º 7.5, «Uso eficiente da água», e na operação n.º 7.10.2, «Manutenção das galerias ripícolas», e a possibilidade de novo ciclo de compromissos, com um período de duração de dois anos, nas ações n.os 7.1, «Agricultura biológica», 7.3, «Pagamentos Rede Natura», 7.4, «Conservação do solo», 7.6, «Culturas permanentes tradicionais», 7.7, «Pastoreio extensivo», 7.8.1, «Manutenção de raças autóctones em risco», 7.9, «Mosaico agroflorestal», e 7.12, «Apoio agroambiental à apicultura», existentes no âmbito da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

CIDADANIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024.

COESÃO TERRITORIAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2020, de 14 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o modelo de implementação e monitorização da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), procedendo à criação de uma equipa interministerial, cujas competências e funcionamento define.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2020, de 14 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o Programa de Expansão de Projetos de Amplitude Nacional para o Desenvolvimento do Interior e o Programa de Dotação Operacional de Territórios e Apoio à Revalorização.

ECONOMIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2020, de 21 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o caderno de encargos do processo de alienação de ações representativas do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.

EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 286/2020, de 14 de dezembro](#)

EDUCAÇÃO

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 1227/2006](#), de 15 de novembro, que regula o reconhecimento das associações juvenis sem personalidade jurídica e republica-a, no anexo i à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 1228/2006](#), de 15 de novembro, que cria o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) e aprova o respetivo Regulamento, e republica-a bem como o regulamento, no anexo ii à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Altera (sexta alteração) a [Portaria n.º 1230/2006](#), que cria os programas de apoio financeiro ao associativismo jovem (PAJ, PAI e PAE) e aprova o respetivo Regulamento, e republica-a bem como o regulamento, no anexo iii à presente portaria, da qual faz parte integrante.

[Regulamento n.º 1109/2020, de 23 de dezembro](#)

Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Cria o "prémio do cartão branco", com o objetivo de reconhecer a importância do uso do Cartão Branco na prática desportiva.

[Regulamento n.º 1110/2020, de 23 de dezembro](#)

Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Institui o Concurso Literário «A Ética na Vida e no Desporto».

ENTIDADES REGULADORAS

[Regulamento da CMVM n.º 6/2020, de 16 de dezembro](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Procede à alteração dos Regulamentos da CMVM n.ºs 2/2007, 2/2015, 3/2015, 2/2002, 8/2018, 1/2020, 1/2017 e 3/2016.

[Regulamento da CMVM n.º 7/2020, de 16 de dezembro](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Define a forma e o conteúdo dos deveres de envio de informação à CMVM sobre reclamações apresentadas por investidores não profissionais.

[Regulamento da CMVM n.º 8/2020, de 16 de dezembro](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Define a forma e o conteúdo dos deveres de envio de informação à CMVM sobre preçários para investidores não profissionais, comercialização e encargos dos organismos de investimento coletivo.

[Regulamento da CMVM n.º 9/2020, de 16 de dezembro](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Estabelece e regula o dever de envio à CMVM de um relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e de controlo interno por parte de entidades sujeitas à sua supervisão.

FINANÇAS

[Portaria n.º 289/2020, de 17 de dezembro](#)

FINANÇAS

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2021.

[Portaria n.º 295/2020, de 21 de dezembro](#)

FINANÇAS

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 523/2003](#), de 4 de julho, relativa ao modelo da declaração de pagamento de retenções na fonte de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).

[Portaria n.º 296/2020, de 22 de dezembro](#)

FINANÇAS

Aprova a declaração modelo 25 - donativos recebidos e respetivas instruções de preenchimento a utilizar pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

[Decreto-Lei n.º 106/2020, de 23 de dezembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o regime transitório aplicável à prestação de serviços financeiros por entidades com sede no Reino Unido.

[Portaria n.º 298-A/2020, de 23 de dezembro](#)

FINANÇAS

Altera as instruções de preenchimento da declaração recapitulativa, a que se referem a alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do Código do IVA e a alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, aprovadas pela [Portaria n.º 215/2020](#), de 10 de setembro, as quais são aplicáveis às operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2021.

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

[Portaria n.º 290/2020, de 17 de dezembro](#)

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Procede à definição dos termos globais em que a promoção público-comunitária e a concessão, previstas nos termos dos artigos 15.º e 16.º do [Decreto-Lei n.º 82/2020](#), de 2 de outubro, são efetuadas, designadamente quanto ao regime da afetação dos imóveis, às condições gerais a estabelecer entre as partes e aos prazos e valores máximos admitidos para a disponibilização da habitação.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Despacho n.º 12452/2020, de 22 de dezembro](#)

Finanças e Modernização do Estado e da Administração Pública - Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro e da Descentralização e da Administração Local

Determina publicação da lista do património imobiliário público sem utilização, anexa ao presente despacho, que identifica, por município, os imóveis do domínio privado do Estado ou dos institutos públicos e os bens imóveis do domínio público do Estado que se encontram em inatividade, devolutos ou abandonados, no âmbito da descentralização de competências entre o Estado e as autarquias locais.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 38-A/2020/A, de 18 de dezembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprova o Programa do XIII Governo Regional dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-A/2020/A, de 18 de dezembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6 de dezembro, nas deslocações por via aérea no território da Região Autónoma dos Açores.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 16/2020/M, de 15 de dezembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Estabelece o regime jurídico da atividade apícola e da produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 43/2020/M, de 21 de dezembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Direção Regional dos Assuntos Europeus, que tem por missão prosseguir a definição, a coordenação e a execução da ação externa do Governo Regional nos domínios dos assuntos europeus e da cooperação externa junto das instâncias próprias nacionais e das instituições e órgãos da União Europeia, bem como dos órgãos das organizações de cooperação inter-regional europeias e internacionais, em concertação com os departamentos do Governo Regional competentes.

TRABALHO SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 287/2020, de 16 de dezembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 342/2017](#), de 9 de novembro, que estabelece os critérios, limites e rácios necessários à execução do [Decreto-Lei n.º 129/2017](#), de 9 de outubro, na sua redação atual, que instituiu o Programa «Modelo de Apoio à Vida Independente» (MAVI).

TRIBUNAIS

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2020, de 16 de dezembro](#)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Fixa jurisprudência no sentido de que não são admitidas deduções à colecta das tributações autónomas relativas aos montantes apurados a título do benefício fiscal SIFIDE II, aprovado pelo artigo 133.º da [Lei n.º 55-A/2010](#).

[Acórdão \(extrato\) n.º 566/2020, de 16 de dezembro](#)

Tribunal Constitucional

Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 154.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, na parte em que, por efeito do carácter meramente interpretativo que lhe atribui, determina que a norma do artigo 153.º da citada Lei dá nova redação à verba 17.3.4 da Tabela Geral de Imposto do Selo; não conhece do recurso interposto ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional.

Acórdão (extrato) n.º 585/2020, de 26 de dezembro

Tribunal Constitucional

Decide que os titulares dos cargos de diretor de departamento municipal e de chefe de divisão municipal não se encontram obrigados a apresentar a declaração única de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos prevista no artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**